

Terras griladas vão se tornar áreas protegidas

Jungmann anuncia que até o fim do ano 20 milhões de hectares terão proteção ambiental

Francisco Leali

Enviado especial

● BORBA, Amazônia. Às margens do Rio Madeira, ao som de um improvisado coro de crianças caboclas cantando "Sole mio", o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, anunciou ontem que o governo vai destinar, até o fim do ano, 20 milhões de hectares de terras griladas para a criação de novas áreas de proteção ambiental.

No total, o governo espera anular registros de cerca de 50 milhões de hectares de terras da União registradas irregularmente na região amazônica.

Áreas haviam sido recuperadas pela União

Além das áreas de proteção ambiental, Jungmann informou que o Inbra também vai transferir parte das terras recuperadas pela União para a Funai, que deverá destiná-las a comunidades indígenas.

O ministro oficializou ontem a destinação de 2,4 milhões de hectares de terras ao Ibama. Essas áreas já haviam sido recuperadas pela União, com a ajuda do Tribunal de Justiça do Amazonas, que anulou os registros falsos. O Ibama já decidiu criar sete unidades de conservação em 1,7 milhão de hectares.

Câmara aprova Cadastro Nacional de Imóvel Rural

Depois de viajar durante uma hora de helicóptero e mais 20 minutos de barco, o ministro Jungmann visitou ontem uma dessas áreas que haviam sido griladas. Próximo ao município amazonense de Borba, a cerca de 150 quilômetros de Manaus, as terras que faziam parte das fazendas Rio Luna 1, 2 e 3 estavam irregularmente registradas por uma empresa de madeireiros da Malásia.

— Aqui, a vida selvagem ia pagar um preço altíssimo. Certamente, seria degradada e os recursos naturais, explorados desmedidamente

— afirmou o ministro.

Em Brasília, a Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto de lei que cria o Cadastro Nacional de Imóvel Rural. A lei deverá ser sancionada nos próximos dias pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

A proposta do Cadastro Nacional de Imóvel Rural foi apresentada pelo governo com o objetivo de coibir a grilagem de terras no país e para facilitar as desapropriações para efeito de reforma agrária.

O novo cadastro de terras rurais terá controle direto do Inbra e da Receita Federal, que vão gerenciar uma base comum de informações. O governo aposta que a partir da regularização dos dados do Cadastro Nacional serão coibidas as apropriações irregulares e as transferências irregulares de terras.

"Podemos acabar com essa canalhice", diz ministro

Jungmann disse que, com a aprovação da lei, o governo terá um mecanismo a mais para anular registros irregulares e punir os cartórios envolvidos em fraudes.

— Agora, poderemos acabar com essa canalhice que estava ocorrendo com grilagem de terras públicas — disse o ministro.

A solenidade em Borba agitou o pequeno município amazonense. Para ali rumaram diversos políticos, autoridades do judiciário e também vários representantes de organizações não-governamentais.

ONGs cobram mais apoio a preservação ambiental

As ONGs comemoraram a transferência das terras do Inbra para o Ibama, mas cobraram mais apoio do governo à implantação das áreas de preservação ambiental.

Coordenador da Campanha Amazônia do grupo ecológico Greenpeace, Paulo Adário afirmou:

— Se o governo não implanta a unidade de conservação, as terras ficam sujeitas a todo tipo de exploração. ■

INSTITUTO		Documentação	
SOCIOAMBIENTAL		06/08/2001 (0 país)	
Fonte			
Data	8/8/2001	Pg	14
Class.	192		